



2020

Demonstrações Contábeis



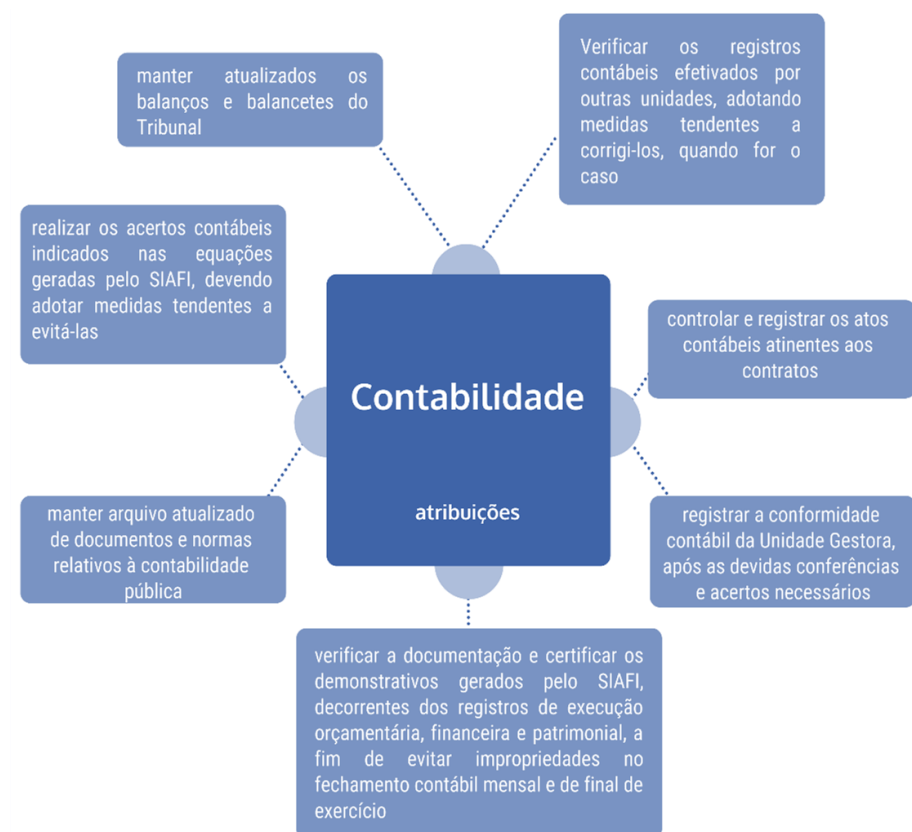
Demonstrações Contábeis

2020

A Seção de Contabilidade (SECON) faz parte da Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN), que pertence à Secretaria de Administração e Orçamento, de acordo com a Resolução TRE-AC nº. 1.215, 12 de julho de 2017 (Regimento Interno da Secretaria). A unidade é composta por dois servidores, sendo analista judiciário contador, lotado no setor desde dezembro/2015 (*Igor Chaves de Medeiros*) e técnico judiciário lotado no setor desde maio/2020 (*Renata Nogueira Colaça Pires*).

A função de contador responsável pelo Tribunal é exercida pela analista judiciário contador (*Patrícia Tieme Imada*), designada pela Portaria Presidência nº 36/2020.

No rol de atribuições da Contabilidade do TRE-AC, dentre outras, incluem-se:



A conformidade contábil das demonstrações contábeis é atribuição da Setorial Contábil (parte integrante da SECON), e é realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI nº. 020315. Este é um processo que visa a assegurar a integridade, fidedignidade e a contabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A Setorial Contábil não executa serviços de empenho, liquidação e pagamento, em observância à segregação de função no processo de registro da conformidade.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Acre são as seguintes:

- I – Balanço Orçamentário
- II – Balanço Patrimonial
- III – Demonstração das Variações Patrimoniais
- IV – Demonstração do Fluxo de Caixa
- V – Balanço Financeiro
- VI – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

RESSALVAS

Devido as eleições municipais de 2020, que ocasionaram o aumento de atividades e contratações, e a situação de calamidade pública ocasionada pela COVID-19, tivemos 2 (duas) ocorrências contábeis que não foram sanadas até o final do exercício, a saber:

- ✓ Saldo alongado/indevido em contas de controle. Em virtude, do quadro reduzido da SECON, não foi possível realizar a conciliação das contas de contratos e garantias, que gerou saldo alongados em algumas contas de controles;
- ✓ Saldo alongado/indevido em contas transitórias do passivo circulante. Não foi possível a regularização, pois em algumas contas do passivo houve a necessidade de instaurar processos administrativos que demandam tempo para a conclusão.



BALANÇO PATRIMONIAL - em R\$ 1,00							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Ativo circulante		958.397,69	1.125.162,42	Passivo circulante		2.030.248,51	652.066,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	235.682,45	769.036,82	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	07	1.646.572,13	566.480,26
Créditos a Curto Prazo	02	402.490,70	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	08	294.040,96	11.718,45
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	57.438,05	Demais Obrigações a Curto Prazo	09	89.635,42	73.868,02
Estoques	03	307.689,45	284.953,99				
VPDs Pagas Antecipadamente	04	12.535,09	13.733,56				
Ativo não circulante		67.807.297,36	51.073.853,58	Passivo não circulante		-	-
Imobilizado	05	67.474.249,41	50.740.805,63				
Bens Móveis		6.334.306,44	6.708.832,48	Total do Passivo Exigível		2.030.248,51	652.066,73
Bens Móveis		15.068.346,56	14.801.978,89				
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis		-8.734.040,12	-8.093.146,41	Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
				Patrimônio Líquido		66.735.446,54	51.546.949,27
Bens Imóveis		61.139.942,97	44.031.973,15	Resultado do Exercício		15.192.392,18	15.858.011,48
Bens Imóveis		61.508.736,08	44.395.612,14	Resultados de Exercícios Anteriores		51.546.949,27	35.805.633,10
(-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis		-368.793,11	-363.638,99	Ajustes de Exercícios Anteriores		-3.894,91	-116.695,31
Intangível	06	333.047,95	333.047,95				
Softwares		333.047,95	333.047,95				
Softwares		582.795,95	582.795,95				
(-) Amortização Acum. de Softwares		-249.748,00	-249.748,00	Total do Patrimônio Líquido		66.735.446,54	51.546.949,27
Total do ativo		68.765.695,05	52.199.016,00	Total do passivo e patrimônio líquido		68.765.695,05	52.199.016,00

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes - em R\$ 1,00

Ativo	2020	2019
Ativo financeiro	235.682,45	769.036,82
Ativo permanente	68.530.012,60	51.429.979,18
Passivo	2020	2019
Passivo financeiro	11.325.305,83	1.080.720,57
Passivo permanente	1.641.589,21	559.151,43
Saldo patrimonial	55.798.800,01	50.559.144,00

Quadro de compensações - Em R\$ 1,00

Ativo	2020	2019
Saldo dos atos potenciais ativos	2.969.171,51	2.588.382,67
Atos Potenciais Ativos	2.969.171,51	2.588.382,67
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.969.171,51	2.588.382,67
Total	2.969.171,51	2.588.382,67
Passivo	2020	2019
Saldo dos atos potenciais passivos	14.446.959,53	24.773.150,82
Atos Potenciais Passivos	14.446.959,53	24.773.150,82
Obrigações Contratuais	14.446.959,53	24.773.150,82
Total	14.446.959,53	24.773.150,82

Demonstrativo do déficit financeiro apurado no balanço patrimonial - em R\$ 1,00

Destinação de recursos	Superávit/Déficit financeiro
Recursos Ordinários	-11.151.051,62
Recursos Vinculados	61.428,24
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	61.428,24
Total	-11.089.623,38

O Balanço Patrimonial é um quadro com duas seções: Ativo e Passivo, representando, respectivamente, os bens e direitos e as obrigações, comparando os saldos do exercício base (2020) com o do anterior (2019). Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Tribunal, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos exigíveis. O saldo positivo representa uma situação patrimonial favorável ou superavitária. O saldo negativo representa uma situação patrimonial desfavorável ou deficitária.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – em R\$ 1,00			
Variações patrimoniais quantitativas	Nota	2020	2019
Variações patrimoniais aumentativas (I)		80.664.154,09	70.664.425,12
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		5.018,61	215,09
Juros e Encargos de Mora		5.018,61	215,09
Transferências e Delegações Recebidas	10	71.851.971,74	70.309.747,63
Transferências Intragovernamentais		69.450.424,88	70.234.402,49
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.401.546,86	75.345,14
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11	8.414.255,84	27.763,30
Reavaliação de Ativos		6.915.260,79	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.496.760,81	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.234,24	27.763,30
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12	392.907,90	326.699,10
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		392.907,90	326.699,10
Variações patrimoniais diminutivas (II)		65.471.761,91	54.806.413,64
Pessoal e Encargos	13	42.022.763,31	38.022.595,75
Remuneração a Pessoal		34.070.916,61	30.609.421,69
Encargos Patronais		5.409.958,84	5.012.130,13
Benefícios a Pessoal		1.777.478,57	1.763.967,74
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		764.409,29	637.076,19
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		6.647.199,43	6.337.261,39
Aposentadorias e Reformas		4.059.017,24	3.980.730,68
Pensões		1.381.078,62	1.308.378,38
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.207.103,57	1.048.152,33
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14	10.467.214,09	9.650.818,22

Uso de Material de Consumo		777.955,92	335.571,89
Serviços		8.146.267,50	7.715.679,48
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.542.990,67	1.599.566,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	14,04
Descontos Financeiros Concedidos		-	14,04
Transferências e Delegações Concedidas	15	2.690.262,44	411.620,25
Transferências Intragovernamentais		497.726,51	326.914,19
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.192.535,93	84.706,06
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16	3.550.819,06	219.801,74
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		130.472,17	-
Incorporação de Passivos		3.766,26	1.857,98
Desincorporação de Ativos		3.416.580,63	217.943,76
Tributárias		64.604,37	67.315,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		38.198,96	42.566,17
Contribuições		26.405,41	24.749,13
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	17	28.899,21	96.986,95
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		28.899,21	96.986,95
Resultado Patrimonial do Período (III = I –II)	18	15.192.392,18	15.858.011,48

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - em R\$ 1,00

Receita orçamentária - 2020

Receitas orçamentárias	Nota	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
Receitas correntes		-	-	-	-
Receitas de capital		-	-	-	-
Subtotal de receitas		-	-	-	-
Refinanciamento		-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento		-	-	-	-
Déficit	19			80.232.774,76	80.232.774,76
Total		-	-	80.232.774,76	80.232.774,76

Despesa orçamentária - 2020

Despesas orçamentárias	Nota	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas correntes		52.643.037,00	53.058.587,00	57.966.796,36	56.595.088,36	56.537.474,65	-4.908.209,36
Pessoal e encargos sociais		41.883.214,00	42.820.138,00	44.978.426,23	44.500.232,65	44.500.232,65	-2.158.288,23
Outras despesas correntes		10.759.823,00	10.238.449,00	12.988.370,13	12.094.855,71	12.037.242,00	-2.749.921,13
Despesas de capital		22.468.783,00	23.168.783,00	22.265.978,40	12.701.909,27	12.404.076,35	902.804,60
Investimentos		22.468.783,00	23.168.783,00	22.265.978,40	12.701.909,27	12.404.076,35	902.804,60
Reserva de contingência		49.346,00	-	-	-	-	-
Subtotal das despesas	20	75.161.166,00	76.227.370,00	80.232.774,76	69.296.997,63	68.941.551,00	-4.005.404,76
Subtotal com refinanciamento		75.161.166,00	76.227.370,00	80.232.774,76	69.296.997,63	68.941.551,00	-4.005.404,76
Total	21	75.161.166,00	76.227.370,00	80.232.774,76	69.296.997,63	68.941.551,00	-4.005.404,76

Anexo 1 - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados							
Despesas orçamentárias	Nota	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes		3.403,11	530.566,18	450.805,44	450.805,44	80.922,23	2.241,62
Pessoal e Encargos Sociais		-	250.947,24	244.265,67	244.265,67	6.681,57	0,00
Outras Despesas Correntes		3.403,11	279.618,94	206.539,77	206.539,77	74.240,66	2.241,62
Despesas de capital		-	456.181,89	451.081,93	448.684,04	5.099,96	2.397,89
Investimentos		-	456.181,89	451.081,93	448.684,04	5.099,96	2.397,89
Total	22	3.403,11	986.748,07	901.887,37	899.489,48	86.022,19	4.639,51

Anexo 2 - demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados					
Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes	31.459,85	49.676,12	51.809,77	15.953,82	13.372,38
Pessoal e Encargos Sociais	-	6.071,01	-	-	6.071,01
Outras Despesas Correntes	31.459,85	43.605,11	51.809,77	15.953,82	7.301,37
Despesas de capital	2.334,19	3.846,40	3.909,63	2.234,24	36,72
Investimentos	2.334,19	3.846,40	3.909,63	2.234,24	36,72
Total	33.794,04	53.522,52	55.719,40	18.188,06	13.409,10

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme dispõe o art. 102 da [Lei 4.320/64](#). As receitas no Balanço Orçamentário são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. As despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as liquidadas, as pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO FINANCEIRO – em R\$ 1,00							
Ingressos	Nota	2020	2019	Dispêndios	Nota	2020	2019
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		80.232.774,76	69.676.464,55
Ordinárias		-	-	Ordinárias		73.496.082,05	64.724.603,13
Vinculadas		-	-	Vinculadas		6.736.692,71	4.951.861,42
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.203.807,32	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Previdência Social (RPPS)		5.239.799,64	4.951.861,42
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		293.085,75	
Transferências Financeiras Recebidas	23	69.450.424,88	70.234.402,49	Transferências Financeiras Concedidas		497.726,51	326.914,19
Resultantes da Execução Orçamentária		69.138.290,96	69.822.947,98	Resultantes da Execução Orçamentária		99.800,00	-
Sub-repasse Recebido		69.138.290,96	69.822.947,98	Repasse Concedido		99.800,00	
Independentes da Execução Orçamentária		312.133,92	411.454,51	Independentes da Execução Orçamentária		397.926,51	326.914,19
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		312.133,92	409.000,00	Movimento de Saldos Patrimoniais		397.926,51	326.914,19
Movimentação de Saldos Patrimoniais			2.454,51	Aporte ao RPPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários	24	11.786.625,56	1.415.102,82	Pagamentos Extraorçamentários	25	1.039.903,54	1.236.469,60
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		355.446,63	53.522,52	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		55.719,40	121.685,69
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		10.935.777,13	986.748,07	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		899.489,48	1.070.904,24
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		97.475,29	45.874,68	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		84.694,66	43.879,67
Outros Recebimentos Extraorçamentários		397.926,51	328.957,55	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		397.926,51	326.886,11				
Demais Recebimentos			2.071,44				
Saldo do Exercício Anterior		769.036,82	359.379,85	Saldo para o Exercício Seguinte		235.682,45	769.036,82
Caixa e Equivalentes de Caixa		769.036,82	359.379,85	Caixa e Equivalentes de Caixa		235.682,45	769.036,82
Total		82.006.087,26	72.008.885,16	Total		82.006.087,26	72.008.885,16

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas no relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais. Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratarem de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - em R\$ 1,00		
	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	12.323.315,65	17.133.379,81
Ingressos	69.945.826,68	70.609.234,72
Outros Ingressos Operacionais	69.945.826,68	70.609.234,72
Ingressos Extraorçamentários	97.475,29	45.874,68
Transferências Financeiras Recebidas	69.450.424,88	70.234.402,49
Arrecadação de Outra Unidade	397.926,51	326.886,11
Demais Recebimentos		2.071,44
Desembolsos	-57.622.511,03	-53.475.854,91
Pessoal e Demais Despesas	-51.560.663,90	-48.067.324,39
Judiciário	-46.120.425,60	-42.778.215,33
Previdência Social	-5.440.238,30	-5.289.109,06
Transferências Concedidas	-5.479.425,96	-5.037.736,66
Intragovernamentais	-5.479.425,96	-5.037.736,66
Outros Desembolsos Operacionais	-582.421,17	-370.793,86
Dispêndios Extraorçamentários	-84.694,66	-43.879,67
Transferências Financeiras Concedidas	-497.726,51	-326.914,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-12.856.670,02	-16.723.722,84
Ingressos	-	-
Desembolsos	-12.856.670,02	-16.723.722,84
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.855.370,02	-16.704.080,88
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.300,00	-19.641,96
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	-533.354,37	409.656,97
Caixa e equivalentes de caixa inicial	769.036,82	359.379,85
Caixa e equivalente de caixa final	235.682,45	769.036,82

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - em R\$ 1,00			
Especificação	Valor	Valor Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	35.805.633,10	-	35.805.633,10
Ajustes de Exercícios Anteriores	-116.695,31	-	-116.695,31
Resultado do Exercício	15.858.011,48	-	15.858.011,48
Saldo Final do Exercício 2019	51.546.949,27	-	51.546.949,27
Saldo Inicial do Exercício 2020	51.546.949,27	-	51.546.949,27
Ajustes de Exercícios Anteriores	-182.758,54	-	-182.758,54
Const./Realiz. Reserva Reavaliação Ativos	178.863,63	-	178.863,63
Resultado do Exercício	15.192.392,18	-	15.192.392,18
Saldo Final do Exercício 2020	66.735.446,54	-	66.735.446,54

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a evolução do patrimônio líquido da entidade.

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Tribunal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200/1967](#), da [Lei nº. 10.180/2001](#) e da [Lei Complementar nº 101/2000](#). Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações das contas contábeis da unidade gestora 070002 – *Tribunal Regional Eleitoral do Acre*, administração direta, que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro:

Principais Critérios e Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original. Caso tivéssemos disponibilidades em moeda estrangeira, na data das demonstrações contábeis, seria feita a conversão de câmbio para moeda nacional, o que não ocorreu. Compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

b) Créditos e dívidas

Os créditos e dívidas também são mensurados pelo valor original. Se tivéssemos créditos e dívidas em moeda estrangeira, na data das demonstrações contábeis também seria feita a conversão de câmbio para moeda nacional. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

c) Estoques

Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição, uma vez que este órgão não constrói ou produz itens estocáveis. As saídas são mensuradas através do custo médio ponderado de cada item requisitado. Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Conforme NBC TSP 04 – Estoques.

d) Imobilizado

O Ativo Imobilizado do Tribunal é contabilizado de acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Os bens classificados como ativo imobilizado são os móveis e imóveis, incluindo os gastos adicionais ou complementares. Eles são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção. Sendo que, caso tenham vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo, quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período.

No caso de transferências e baixas de ativos, o valor atribuído é o valor contábil líquido constante nos registros deste Tribunal.



e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os bens intangíveis com vida útil definida ficam sujeitos a amortização sistemática durante esse período. De acordo com a NBT TSP 08 – Ativo Intangível.

f) Depreciação, Amortização ou Exaustão

Este Tribunal aplica as disposições contidas nas NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e NBT TSP 08 – Ativo Intangível.

As informações da depreciação dos bens móveis e amortização dos intangíveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (ASI). A apuração relativa aos bens imóveis ocorre pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet).

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado/intangível, deduzido do valor residual, quando houver.



Utiliza-se como método de cálculo do encargo de depreciação, amortização e exaustão o das quotas constantes, método esse compatível com a vida útil econômica dos ativos, aplicado uniformemente na totalidade dos bens depreciáveis/amortizáveis.

Para atribuição do período de vida útil e valor residual dos bens do TRE-AC, adota-se a tabela estabelecida pelo Manual Siafi - Macrofunção 02.03.30.

O TSE, por meio da Orientação COFIC/SOF/TSE nº. 01/2010, estabeleceu que urna eletrônica tem tratamento diferenciado em virtude de sua singularidade.

Para fins de depreciação dos bens imóveis, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens

g) Passivo

São as obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. No Tribunal, as suas maiores obrigações são as trabalhistas, previdenciárias e com fornecedores.

h) Apuração do resultado

❖ Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e o valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período. As VPA representam os aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários e as VPD correspondem às diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários. Caso o total das VPA sejam superiores ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

❖ Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado pelo Balanço Orçamentário.

❖ Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. É possível ser apurado através do Balanço Financeiro.



a) Informações gerais:

i. Natureza jurídica da entidade

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre, inscrito no CNPJ 05.910.642/0001-41, é um Órgão Público do Poder Judiciário Federal.

i. Domicílio da entidade

Localizado na Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Bosque, Rio Branco, Estado do Acre.

i. Natureza das operações e principais atividades da entidade

Cumpr ao TRE-AC realizar eleições, garantir o exercício da cidadania e solucionar os conflitos eleitorais no Estado do Acre, tendo por garantir a legitimidade do Processo Eleitoral por meio da execução de atividades administrativas e judiciárias que visem a assegurar a integridade do cadastro eleitoral e a realização de eleições, conforme dispõe o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Acre, aprovado por meio da [Resolução TRE-AC nº 1.695/2015](#).

i. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste Relatório de Gestão foram elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), [Decreto-Lei nº 200/1967](#), [Decreto nº 93.872/1986](#), [Lei Complementar nº 101/2000](#).
Abrangem também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, em cumprimento aos Princípios de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Manual SIAFI e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.
As estruturas das Demonstrações Contábeis contidas nos anexos da [Lei nº 4.320/1964](#) foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A mudança resulta da necessidade de convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público publicadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* – IPSASB e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

b) Resumo das políticas contábeis e informações relevantes dos Demonstrativos Contábeis:

Nota 01 – Caixa e equivalentes de caixa

Em 31/12/2020, o TRE-AC apresentou, com valores disponíveis na Conta Única do Tesouro para atender a despesas do exercício e de exercício anterior, em moeda nacional, o valor de R\$ 235 mil.

Caixa e Equivalente de Caixa - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Em Moeda Nacional*	235.682,45	769.036,82	-69,35%
Total	235.682,45	769.036,82	-69,35%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020. *Limite de saque com vinculação de pagamento. Para fins de apuração do valor passível de inscrição em restos a pagar é considerado, em conjunto com saldo registrado na conta limite de saque, a quantia prevista na conta “8.2.2.2.4.01.01 - Recebimento de RP Autorizado – Inscrição”, em 2020 foi de R\$ 11.151.051,62, e que em 2019 foi de R\$ 333.997,74.

Caixa e equivalente de caixa por fonte de recursos - composição - em R\$ 1,00			
		2020	2019
00	Recursos Ordinários	142.908,20	150.347,98
27	Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	76.263,61	207.296,87
50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	1.735,00	1.735,00
90	Recursos Diversos	14.775,64	-
Total		235.682,45	769.036,82

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.



Nota 02 – Créditos a curto prazo

O grupo de contas créditos a curto prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

Os direitos que permaneceram registrados ao final de 2020 dizem respeito a adiantamento relativo a suprimento de fundos para concessão do benefício alimentação aos colaboradores das Eleições Municipais – 2020, a adiantamento realizados a servidores e adiantamento a Universidade Federal do Pará - UFPA para a implantação do modelo de Gestão de Competências.

Créditos a curto prazo - composição - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Adiantamento concedidos	297.440,00	0,00	100%
Crédito a receber por folha de pagamento	5.250,70	0,00	100%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	99.800,00	0,00	100%
Total	402.490,70	0,00	100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Nota 03 – Estoques

São registrados em estoques os bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração por este Tribunal, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades.

O método utilizado para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, método em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Em 31/12/2020 o TRE-AC possuía em estoque o montante de R\$ 307 mil, o que representa uma variação de quase 8% em relação a 2019, a totalidade dos itens estocados dizem respeito a material de consumo, assim distribuídos:

Estoques - composição - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Material de expediente	107.518,62	96.852,82	11,01%
Material elétrico/eletrônico e proc. de dados	119.447,22	91.596,23	30,41%
Material de cozinha, limpeza e alimentação	26.186,92	52.977,05	-50,57%
Material de acondic. e embalagem	13.821,12	10.774,66	28,27%
Material de proteção e segurança	13.087,44	9.403,83	39,17%
Manutenção de bens imóveis	8.165,23	8.608,88	-5,15%
Demais materiais	19.462,90	14.740,52	32,04%
Total	307.689,45	284.953,99	7,98%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD) cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

A prestação de serviço de certificados digitais terá validade de 3 anos, enquanto o aluguel de licença de software, 2 anos.

A redução de 24,60% na rubrica de “Certificados digitais e assinatura de licença de software” é reflexo da redução da quantidade de aquisição de certificados digitais A3 em relação a 2019, em virtude da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) naquele exercício.

VPDs pagas antecipadamente - composição - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Certificados digitais e assinatura de licença de software	6.485,09	8.600,53	-24,60%
Aluguel de licença de software	6.050,00	5.133,03	17,86%
Total	12.535,09	13.733,56	-6,73%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Nota 05 – Imobilizado

No imobilizado são controlados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O reconhecimento inicial de um direito classificado como imobilizado se dá com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado apenas vão ser incorporados ao valor do ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período incorrido.

A seguir são apresentados os saldos das contas que compõem o imobilizado:

Imobilizado - composição - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Bens Móveis	6.334.306,44	6.708.832,48	9,72%
Bens Móveis	15.068.346,56	14.801.978,89	1,80%
Máquinas, equip. e utensílios	11.299.192,91	11.279.171,84	0,18%
Mobiliário em geral	1.255.497,70	1.013.320,20	23,90%
Veículos	2.284.169,17	2.284.169,17	0,00%
Demais bens móveis	229.486,78	225.317,68	1,85%
(-) Depreciação Acumulada	-8.734.040,12	-8.093.146,41	7,92%
Bens Imóveis	61.139.942,97	44.031.973,15	38,85%
Bens Imóveis	61.508.736,08	44.395.612,14	38,55%
Edifícios	12.647.392,33	5.912.237,45	113,92%
Terrenos	0,00	664.644,33	-100,00%
Obras em andamento	48.108.626,04	37.066.012,65	29,79%
Estudos e projetos	415.661,34	415.661,34	0,00%
Instalações	337.056,37	337.056,37	0,00%
(-) Depreciação Acumulada	-368.793,11	-363.638,99	1,42%
Total	67.474.249,41	50.740.805,63	32,98%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Movimentação de bens móveis

As aquisições realizadas totalizam R\$ 746.506,96, dentre as quais, destacam-se as seguintes: a compra de 01 (um) servidor de rede (R\$ 126.650,00), 110 (cento e dez) poltronas para auditório (R\$ 115.500,00) e 02 (dois) equipamentos otimizadores de redes Wan (R\$ 297.832,92).
Quanto ao R\$ 2.989.872,28 de baixa, referem-se ajuste do valor de 2.701 urnas eletrônicas após reavaliação, conforme Ofício-Circular GAB-DG-TSE nº 179/2020.

Movimentação de bens imóveis

A movimentação ocorrida nos bens imóveis de R\$ 13.744.915,95 foi a adição na conta obras em andamento, que foram investidos na construção da nova sede do TRE-AC (R\$ 12.406.484,24) e a incorporação da reforma do Depósito de Urnas na edificação (R\$ 1.338.431,71).
Após a conclusão das obras, os valores serão incorporados aos imóveis, terão seus saldos baixados no SIAFI e o seu saldo atualizado/registrado no SPIUnet, conforme a Macrofunção SIAFI nº. 020344, item 8.1.1.4.
Importante informar que os quadros constantes nesta nota levam em conta os registros do SIAFI, os quais diferem do SPIUnet. Explica-se: naquele, tanto os valores das benfeitorias quanto os dos terrenos estão contabilizados na conta “Edifícios”, enquanto neste, os valores de benfeitorias e terrenos estão segregados.
A movimentação do imobilizado está demonstrada abaixo:

Imobilizado - movimentação - em R\$ 1,00							
Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Transferência entre contas	Transferência entre TSE/UGs	Reavaliação / Ajuste	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Bens Móveis	6.708.832,48	(763.599,85)	-	-	210.210,18	178.863,63	6.334.306,44
Bens Móveis	14.801.978,89	746.506,96	(2.989.872,28)	-	2.330.869,36	178.863,63	15.068.346,56
Máquinas, equip.e utensílios	11.279.171,84	202.327,44	(2.989.872,28)	297.832,92	2.330.869,36	178.863,63	11.299.192,91
Mobiliário em geral	1.013.320,20	540.010,42	-	(297.832,92)	-		1.255.497,70
Veículos	2.284.169,17	-	-	-	-		2.284.169,17
Demais bens móveis	225.317,68	4.169,10	-	-	-		229.486,78
(-) Dep. Acumulada	(8.093.146,41)	(1.510.106,81)	2.989.872,28	-	(2.120.659,18)	-	(8.734.040,12)
							-
Bens Imóveis	44.031.973,15	13.712.032,09	(3.416.580,63)	-	-	6.812.518,36	61.139.942,97
Bens Imóveis	44.395.612,14	13.744.915,95	(3.416.580,63)	-	-	6.784.788,62	61.508.736,08
Edifícios	5.912.237,45	1.338.431,71	(1.388.065,45)	-	-	6.784.788,62	12.647.392,33
Terrenos	664.644,33	-	(664.644,33)	-	-	-	-
Obras em andamento	37.066.012,65	12.406.484,24	(1.363.870,85)	-	-	-	48.108.626,04
Estudos e projetos	415.661,34	-	-	-	-		415.661,34
Instalações	337.056,37	-	-	-	-		337.056,37
(-) Dep. Acumulada	(363.638,99)	(32.883,86)	-	-	-	27.729,74	(368.793,11)
Total	50.740.805,63	12.948.432,24	(3.416.580,63)	-	210.210,18	6.991.381,99	67.474.249,41

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020/ASIWeb/SPIUnet.

a) Depreciação

O TRE-AC utiliza como método de cálculo do encargo de depreciação o das quotas constantes, método esse compatível com vida útil econômica dos ativos e aplicado uniformemente na totalidade dos bens depreciáveis, tendo a vida útil e valor residual por grupo de contas apresentados a seguir:

Imobilizado - depreciação - em R\$ 1,00					
	Vida útil (anos)	Taxa residual	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aparelhos de medição e orientação	15	10%	13.801,28	(6.660,92)	7.140,36
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%	84.528,61	(46.829,02)	37.699,59
Equipam/utensílios médicos, odontol., lab. e hosp.	15	20%	56.525,42	(21.889,36)	34.636,06
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%	95.890,60	(52.822,87)	43.067,73
Maquinas e equipamentos energéticos	10	10%	275.720,30	(114.883,52)	160.836,78
Maquinas e equipamentos gráficos	15	10%	170,00	(153,00)	17,00
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%	1.413,05	(738,07)	674,98
Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis	5	10%	10.419,99	(2.969,70)	7.450,29
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%	5.107,03	(2.155,64)	2.951,39
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%	9.987,92	(2.271,85)	7.716,07
Equipamentos de processamento de dados	5	10%	10.028.772,79	(6.590.743,20)	3.438.029,59
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%	598.311,75	(265.373,31)	332.938,44
Maquinas e utensílios de escritório	10	10%	21.848,68	(13.680,07)	8.168,61
Mobiliário em geral	10	10%	1.255.497,70	(659.229,75)	596.267,95
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%	86.217,21	(17.939,27)	68.277,94
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%	96.695,49	(38.992,08)	57.703,41
Obras de arte e peças para exposição	-	-	7.325,90	-	7.325,90
Veículos em geral	15	10%	5.998,94	(2.806,13)	3.192,81
Veículos de tração mecânica	15	10%	2.278.170,23	(798.510,92)	1.479.659,31
Pecas não incorporáveis a imóveis	10	10%	135.943,67	(95.391,44)	40.552,23
Total			15.068.346,56	(8.734.040,12)	6.334.306,44

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020/ASWeb/SPIUnet.

Nota 06 – Intangível

No grupo de intangíveis são registrados ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais, sendo mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

No exercício de 2020 não houve registro de amortização, pois os bens que sofrem amortização já foram totalmente amortizados.

Intangível - composição - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Softwares	582.795,95	582.795,95	0,00%
Softwares de vida útil definida	249.748,00	249.748,00	0,00%
Softwares de vida útil indefinida	333.047,95	333.047,95	0,00%
(-)Amortização Acumulada	-249.748,00	-249.748,00	0,00%
Softwares de vida útil definida			
Total	333.047,95	333.047,95	0,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020/ASIWeb

Nota 07 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto prazo compreendem os compromissos referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios a que os empregados ou servidores tenham direito. Compreendem também as aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo.

O principal valor registrado (R\$ 1.636.115,22) se refere a provisão de férias, que é realizada mensalmente e baixada quando do pagamento do adicional devido aos servidores. Devido ao isolamento e trabalho em Home Office em virtude da Pandemia causada pela COVID-19, muitos servidores não fizeram gozo das férias, causando o aumento de 192% em comparação ao exercício anterior.

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo - composição - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Salários, remunerações e benefícios	7.328,83	7.328,83	0,00%
Férias a pagar	1.636.115,22	559.151,43	192,61%
INSS-Contrib.s/Salários e Remun.	3.128,08	-	100,00%
Total	1.646.572,13	566.480,26	190,67%

Fonte: SIAFI, 2020

Nota 08 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

As obrigações com fornecedores e contas a pagar a curto prazo são compromissos com terceiros decorrentes dos serviços prestados e bens entregues ao Tribunal, que ficaram pendentes de pagamento ao final do exercício de 2020. O aumento significativo de 2.409% em relação ao exercício de 2019, ocorreu pela impossibilidade do pagamento a empresa Iptrust Advance Tecnologia da Informação LTDA antes do encerramento do exercício, pois a Nota Fiscal para pagamento foi encaminhada a contabilidade no dia 28/12/2020.

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo - composição - em R\$ 1,00		
CNPJ	Razão Social	Valor
04.558.234/0001-00	Amazon Construções e Serviços EIRELI	17.675,79
11.223.797/0001-02	Vieira e Gomes LTDA	539,75
18.753.084/0001-08	Iptrust Advance Tecnologia da Informação LTDA	271.311,24
34.028.316/7709-95	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	664,05
34.153.348/0001-30	Mercearia Medeiros EIRELI	132,00
76.535.764/0001-43	OI S.A. – Em Recuperação Judicial	1.372,22
76.535.764/0001-43	OI S.A. – Em Recuperação Judicial	2.345,91
Total		294.040,96

Fonte: SIAFI, 2020.

Nota 09 – Demais obrigações a curto prazo

As obrigações não incluídas nos grupos anteriores que terão vencimento em curto prazo estão detalhadas abaixo:

Demais Obrigações a Curto Prazo - composição - em R\$ 1,00				
Fornecedor	Nota	2020	2019	AH(%)
Retenção Previdenciária - FRGPS	I	3.197,14	-	100,00%
ISS	II	2.996,86	1.760,53	70,22%
Impostos e contrib. devidos ao Tesouro	III	29.337,66	675,60	4242,46%
Depósitos retidos de fornecedores	IV	10.061,62	65.482,09	-84,63%
Glosa de encargos trabalhistas	V	27.670,50	3.618,79	664,63%
Depósitos e Cauções Recebidos	VI	479,12	-	100,00%
Depósitos por devolução de valores não reclamados	VII	14.296,52	1.995,01	616,61%
Diárias	VIII	1.596,00	336,00	375,00%
Total		89.635,42	73.868,02	21,35%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Nota I – Retenção Previdenciária - FGPS

Registra o valor das retenções de INSS, procedidas de serviços de terceiros, a ser recolhido ao fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS, de acordo com a Lei nº 8.212, art. 31, e Instrução Normativa RFB nº 971/2009, art. 112.

O saldo nesta conta foi de R\$ 3.197,14, relativo a retenção de INSS sobre serviços prestados no final do exercício, que foram recolhidos em 2021.

Nota II – ISS

Valores retidos em consignação por força da Lei Complementar n. 116/20, em situações que este Tribunal, como parte contratante, atua como substituto tributário.

Restou pendente nesta conta o valor R\$ 2.996,86, de serviços prestados no final do exercício.

Nota III – Impostos e Contribuições diversos devidos ao Tesouro

Apropriação das retenções de impostos e contribuições diversos por pagamento a terceiros efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta – devidos ao Tesouro Nacional, por força da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

Restou pendente nesta conta o valor R\$ 29.337,66, que foram recolhidos em 2021. O aumento de 4.242% se deve principalmente a retenção de tributos da Nota Fiscal n. 651 da empresa Iptrust Adv Tec da Inf LTDA.

Nota IV – Depósitos retidos de fornecedores

São valores de obrigações retidos cautelarmente de fornecedores em razão de possível aplicação de multas e (ou) outras determinações.

A diminuição desse passivo em 84,63%, em relação ao exercício anterior, ocorreu pela conclusão dos processos administrativos de apuração de penalidades, possibilitando que os recursos pudessem ser recolhidos ao tesouro ou devolvidos à contratada.

Nota V – Glosa de encargos trabalhistas

A Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina que sejam retidos do pagamento devido as empresas contratadas para prestação de serviço, com previsão de mão de obra residente nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, os valores referentes a encargos trabalhistas, relativos a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

A Resolução também determina que os recursos provisionados sejam depositados em uma conta corrente vinculada bloqueada para movimentação. Ocorre que nem todas as empresas procederam à abertura da conta. O saldo de R\$ 27.670,50 nessa rubrica, refere-se a situações descritas anteriormente, bem como os valores retidos no final do exercício que não tiveram tempo suficiente para o efetivo recolhimento.

Nota VI – Depósitos e cauções recebidos

Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com recebimento de depósitos e/ou cauções pela entidade vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.

A obrigação pendente nesta conta de R\$ 479,12, refere-se à caução do contrato TRE-AC n. 11/2019 – FB Limpeza e Construções LTDA.

Nota VII – Depósitos por devolução de valores não reclamados

Registra os depósitos por devolução de valores não reclamados em decorrência de cancelamento de ordem bancária.

Restou pendente nesta conta o montante de R\$ 14.296,52, relativo a devolução do pagamento a Prefeitura de Rio Branco (R\$ 13.606,09), a Sertec Odonto Comercio (R\$ 52,25) e Representações LTDA e a OI S.A (R\$ 638,18), pagos em 2021.

Nota VIII – Diárias

Despesas orçamentárias com cobertura de alimentação, pousada e locomoção urbana do servidor público estatutário ou celetista que se desloca de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

O saldo de R\$ 1.596,00 nesta conta ocorreu por impossibilidade de pagamento. O beneficiário não apresentou domicílio bancário apto a receber o recurso.

Nota 10 – Transferências e Delegações Recebidas

As transferências financeiras recebidas são fruto da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar. Varia de um ano para outro, de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.

Nota 11 – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

O montante demonstrado no item se refere variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos.

O ganho com desincorporação de passivo se deve ao cancelamento de restos a pagar processados a empresa BRG Engenharia e Serviços LTDA.

Já o ganho com incorporação de ativo refere-se ao recebimento de materiais para as Eleições Municipais de 2020 pelo TSE (R\$ 58.529,10), a incorporação a Edificação do investimento com a reforma do Depósito de Urnas (R\$ 1.338.431,71) e adiantamento do repasse de recurso para a UFPA (R\$ 99.800,00), pela implantação do modelo de gestão de competência do TRE-AC.

Em relação a reavaliação de ativos (R\$ 6.915.260,79) que ocorreu no exercício de 2020, está composto na tabela ao lado:

Reavaliação de Ativos - composição - em R\$ 1,00				
Município	Saldo - 2019	Valorização	Desvalorização	Saldo - 2020
Brasileia	274.942,02	144.057,98		419.000,00
Cruzeiro do Sul	2.880.262,83	317.007,41	(130.472,17)	3.066.798,07
Rio Branco	1.510.179,30	5.676.228,41		7.186.407,71
Sena Madureira	158.372,62	162.627,38		321.000,00
Tarauacá	260.133,25	178.872,86		439.006,11
Xapuri	263.838,26	166.728,03		430.566,29
Senador Guimard	326.279,39	117.258,94		443.538,33
Bujari	53.936,15	65.619,84		119.555,99
Porto Acre	55.226,59	63.667,15		118.893,74
Jordão	79.433,30	23.192,79		102.626,09
Santa Rosa do Purus	49.633,74			0,00
Total	5.912.237,45	6.915.260,79	(130.472,17)	12.647.392,33

Fonte: SIAFI 2019 e 2020.

Nota 12 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O montante demonstrado no item se refere a multas administrativas cobradas de empresas e pessoas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como diárias e saldo de suprimentos de fundos devolvidos.

Nota 13 – Pessoal e Encargos / Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Sendo 2020 ano eleitoral, os custos com pagamento de horas extraordinárias impactaram significativamente o aumento com remuneração, como se observa na rubrica de vencimentos e salários, que apresentou aumento de 44,28%, no comparativo com 2019. Em relação aos encargos patronais o maior impacto (percentual) ocorreu na rubrica contribuições previdenciárias – INSS de 171,45% devido ao aumento de servidores requisitados no TRE-AC, o pagamento de horas extraordinárias de servidores requisitados e o pagamento das gratificações a membros (advogados) pela participação das Sessões Extraordinárias.

Pessoal e encargos / benefícios previdenciários e assistenciais - composição - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Remuneração a Pessoal	34.070.916,61	30.609.421,69	11,31%
Vencimento e salários	10.569.944,22	7.325.742,50	44,28%
Abonos	108.517,65	119.559,05	-9,24%
Adicionais	33.751,44	33.751,44	0,00%
Gratificações	18.317.588,07	18.086.548,14	1,28%
Férias	2.866.412,93	2.865.476,96	0,03%
13º Salário	2.174.702,30	2.174.057,86	0,03%
Outros Venc. e Vantag. Fixas e Variáveis	0,00	4.285,74	-100,00%
Encargos Patronais	5.409.958,84	5.012.130,13	7,94%
Contribuição patronal para o RPPS	5.241.486,20	4.937.831,76	6,15%
Contribuições previdenciárias - INSS	136.228,28	50.185,53	171,45%
Complementação previdenciária	32.244,36	24.112,84	33,72%
Benefícios a Pessoal	1.777.478,57	1.763.967,74	0,77%
Auxílio alimentação	1.496.378,35	1.485.711,67	0,72%
Ajuda de custo	0,00	12.610,99	-100,00%
Auxílio creche	281.100,22	265.645,08	5,82%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	764.409,29	637.076,19	19,99%
Total	42.022.763,31	38.022.595,75	10,52%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Nota 14 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

A VPD dos bens de consumo e serviços apresentaram um aumento de 8,46% no total em relação ao ano 2019, as contas que sofreram maiores aumentos foram Uso de Material de Consumo (131,83%), Diárias (40,80%), Serviço de Transporte, Passagem, Locomoção e Hospitalar (90,09%) e Serviço de Comunicação, Gráfico e Audiovisual (69,71%), a variação justificada pelo fato de 2020 ser ano eleitoral, o que aumenta as demandas por materiais, diárias e serviços.

Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo - composição - em R\$ 1,00			
	2020	2019	AH(%)
Uso de Material de Consumo	777.955,92	335.571,89	131,83%
Diárias	839.693,51	596.366,23	40,80%
Serviços	7.306.573,99	7.119.313,25	2,63%
Serviços técnicos profissionais	274.755,41	253.208,00	8,51%
Serv. de apoio adm., técnico e oper.	2.221.431,18	2.393.510,82	-7,19%
Serv. transp., pas., locomoção e hosp.	721.253,08	379.434,27	90,09%
Locações e arrendamentos	613.321,63	608.095,10	0,86%
Serviços educacionais e culturais	325.692,79	504.383,09	-35,43%
Serv. Comunic., gráfico e audiovisual	2.217.779,79	1.306.829,85	69,71%
Serv. água e esgoto, en. elétrica e gás	507.867,97	476.604,18	6,56%
Conservação/Manutenção ativos	424.155,77	1.174.339,77	-63,88%
Outros serviços	316,37	22.908,17	-98,62%
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.542.990,67	1.599.566,85	-3,54%
Bens móveis	1.510.106,81	1.334.424,49	13,17%
Bens imóveis	32.883,86	230.588,87	-85,74%
Intangíveis	0,00	34.553,49	-100,00%
Total	10.467.214,09	9.650.818,22	8,46%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Nota 15 – Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências Intragovernamentais dizem respeito a multas administrativas cobradas de empresas e pessoas físicas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como diárias e suprimentos de fundos devolvidos e repassados à Secretária do Tesouro Nacional – STN. A conta Outras Transferências e Delegações Concedidas evidencia a redução do patrimônio, que se deu em virtude da transferência de equipamentos de processamentos de dados e material de expediente para outros Tribunais, o aumento de 2.488% em relação ao exercício de 2019, se justifica pelo ano de 2020 ser ano eleitoral, e necessitar de maior transferência de bens para a realização das Eleições Municipais de 2020.

Nota 16 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As desincorporações de ativos ocorridas no ano de 2020 totalizaram R\$ 3.416.580,63, aumento de 1.468% em relação ao exercício de 2019, que ocorreu devido a baixa do terreno e imóvel localizado no município de Santa Rosa dos Purus, cancelamento de restos a pagar processados, baixa de saldo residual do fórum Eleitoral da 4ª Zona e a incorporação a edificação da obra realizada no Depósito de Urnas.

A reavaliação se deu pela desvalorização de imóvel de uso especial no Spiunet, avaliado pela Seção de Obras e Manutenção de Imóveis no valor de R\$ 130.472,17, demonstrado na tabela da Nota 11.

A incorporação de passivo se deve a ressarcimento a servidores.

Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

A quantia registrada em Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas se refere a indenizações a oficiais de justiça, por serviços prestados a este Tribunal; reembolso de parte de despesas com o compartilhamento de imóveis nos municípios de Santa Rosa do Purus e Assis Brasil, fruto de parceria com Tribunal de Justiça do Acre; ressarcimento a servidores que realizaram pagamento, às suas expensas, de despesa do Tribunal.

Nota 18 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período.

Em 2020, o resultado patrimonial superavitário correspondeu ao montante de R\$ 15.192.392,18, apurado pela diferença da variação patrimonial aumentativa de R\$ 80.664.154,09 e a variação patrimonial diminutiva de R\$ 65.471.761,91. Houve uma pequena redução de 4% no comparativo com resultado de 2019.

Nota 19 – Resultado Orçamentário

O déficit é a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário da receita de R\$ 80.232.774,76, no Tribunal Regional Eleitoral do Acre no exercício de 2020 ocorreu em virtude de os recursos serem todos provenientes de sub-repasse do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Este Tribunal não é um agente arrecadador, apenas executa despesas orçamentárias para prestação dos serviços públicos e realiza investimentos.

Nota 20 – Diferença da Despesa

A coluna Saldo da Dotação demonstra a diferença da despesa. Seria a dotação atualizada subtraída das despesas empenhadas. Nota-se saldo negativo de R\$ 4.005.404,76. Na verdade, não houve déficit. Pois no ano de 2020 ocorreram as Eleições Municipais, significa que o Tribunal executou despesas contínuas para a manutenção das atividades anuais e as despesas necessárias para a realização das eleições, todavia, a dotação atualizada no Balanço Orçamentário demonstra somente a dotação da unidade orçamentária do TRE-AC.

Este resultado corresponde à dotação executada para realizar as Eleições de 2020, recebida do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, a título de provisão, incluída na coluna despesa empenhada, mas não computada na coluna dotação atualizada.

Afastados os gastos relativos à unidade orçamentária 14101 – TSE, ou seja, aqueles relativos à realização das Eleições 2020, o Balanço Orçamentário evidencia saldo positivo – sobra orçamentária de R\$ 2.221.938,86.

Considerando apenas a execução orçamentária da unidade orçamentária 14102 – Tribunal Regional Eleitoral do Acre, tem-se o seguinte balanço orçamentário:

Despesas Orçamentárias - 2020	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas correntes	52.643.037,00	53.058.587,00	51.739.452,74	50.631.383,70	50.590.337,04	1.319.134,26
Pessoal e Encargos Sociais	41.883.214,00	42.820.138,00	42.637.495,22	42.283.388,23	42.283.388,23	182.642,78
Outras Despesas Correntes	10.759.823,00	10.238.449,00	9.101.957,52	8.347.995,47	8.306.948,81	1.136.491,48
Despesas de capital	22.468.783,00	23.168.783,00	22.265.978,40	12.701.909,27	12.404.076,35	902.804,60
Investimentos	22.468.783,00	23.168.783,00	22.265.978,40	12.701.909,27	12.404.076,35	902.804,60
Reserva de contingência	49.346,00	-	-	-	-	-
Subtotal das despesas	75.161.166,00	76.227.370,00	74.005.431,14	63.333.292,97	62.994.413,39	2.221.938,86
Amortização da dívida / refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento	75.161.166,00	76.227.370,00	74.005.431,14	63.333.292,97	62.994.413,39	2.221.938,86
Total	75.161.166,00	76.227.370,00	74.005.431,14	63.333.292,97	62.994.413,39	2.221.938,86

Fonte: SIAFI, 2020.

Nota 21 - Despesas Orçamentárias em execução

A execução das despesas correntes foi de 100% (despesas empenhadas/dotação atualizada), destas 97,63% foram liquidadas (despesas liquidadas/despesas empenhadas) e 99,89% foram pagas (despesas pagas/despesas liquidadas).

Quanto as despesas de capital, a execução foi semelhante, alcançando percentual de 96,10%, tendo sido liquidado 57,04% e pago 97,65% dessa classe de despesas.

Nota 22 – Restos a pagar

Conforme evidenciado no Anexo 1 e 2, a grande maioria dos Restos a Pagar Não Processados e Processados é relativa a Despesas Correntes – Pessoal e Outras Despesas Correntes. Durante exercício, foram pagos cerca de 91% dos restos a pagar de exercício anteriores. Passaram para 2020 R\$ 37.197,15 de Restos a Pagar Não Processados e Processados.

Nota 23 – Transferências Financeiras Recebidas

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre não realiza arrecadação. Sua única fonte de recurso são sub-repasses do TSE. Tanto para cumprimento da execução do orçamento, como para execução dos restos a pagar.

Nota 24 – Recebimentos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem aos ingressos não previstos no orçamento, como os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício.

Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

I – Inscrição dos Restos a Pagar:

Os restos a pagar inscritos no exercício são classificados como recebimentos extra orçamentários, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da [Lei 4.320/1964](#).

- a) Inscrição dos Restos a Pagar Processados (R\$ 355.446,63). Valor 564% maior que o inscrito no ano de 2019. A inscrição em Restos a Pagar Processados que gerou maior impacto foi para investimento com equipamento de TIC (R\$ 297.832,92);
- b) Inscrição dos Restos a Pagar não Processados (R\$ 10.935.777,13), 1.008% maior que o inscrito no ano de 2019, sendo que o maior valor inscrito se refere a continuidade da construção da nova sede do TRE-AC (R\$ 9.525.235,19).

II – Outros Recebimentos Extraorçamentários:

- a) Arrecadação de Outra Unidade (R\$ 397.926,51). Representa valores da arrecadação de guia de recolhimento da União, sendo R\$ 108.511,44 destinados ao Fundo Partidário.

Nota 25 – Despesas Extraorçamentárias

Correspondem aos dispêndios não previstos no orçamento, como os saldos de direitos no exercício corrente, para dispêndio no ano seguinte, e obrigações transferidas do exercício anterior, para pagamento no exercício em curso.

Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se:

I – Pagamento dos Restos a Pagar:

- a) Pagamento dos Restos a Pagar Processados: R\$ 55.719,40;
- b) Pagamento dos Restos a Pagar não Processados: R\$ 899.489,48.



Coordenação e Supervisão Geral

Jonathas Santos Almeida de Carvalho
Diretor-Geral

José Francisco da Silva Galvão
Assessor de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPLAN)

Adenilson Pontes Silva
Assistente de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPLAN)



Execução e Subsídio

Gabinete da Presidência

Gabinete da Diretoria-Geral

Secretária de Administração e Orçamento

Secretaria de Tecnologia da Informação

Secretaria Judiciária

Coordenadoria de Material e Patrimônio Coordenadoria de Serviços Gerais

Coordenadoria de Finanças

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Coordenadoria de Controle Interno

Coordenadoria da Corregedoria Regional Eleitoral

Coordenadoria de Infraestrutura Coordenadoria de Logística e Soluções Corporativas

Coordenadoria das Sessões

Coordenadoria de Registros e Informações Processuais

Ouvidoria

Comissão Permanente de Ética

Comissão Permanentes de Acessibilidade

Núcleo Socioambiental

Assessoria de Comunicação

Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão



Diagramação e Formatação

Aieza dos Santos Bandeira
Seção de Jurisprudência, Indexação e Gerenciamento de Dados Partidários (SJIP)



Capa e Arte

Aieza dos Santos Bandeira
Seção de Jurisprudência, Indexação e Gerenciamento de Dados Partidários (SJIP)



Fotografia

Paulo Sérgio Teixeira
Assessoria da Comunicação (ASCOM)

